

Odoyá
Transmissora de
Energia S.A.

**Demonstrações Contábeis
Regulatórias em 31 de dezembro
de 2019**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações dos resultados	7
Demonstrações dos resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias	11

Relatório Anual da Administração

Aos Acionistas,

A Administração da Companhia, **Odoyá Transmissora de Energia S.A.**, em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações contábeis relativo ao exercício de 2019 acompanhada do relatório dos auditores independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais que se façam necessários.

O ano de 2019, no qual a Odoyá comemorou 5 anos de existência, foi bastante importante na trajetória da companhia. O acionista Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia exerceu em 08 de agosto deste ano sua opção para compra das ações remanescentes da companhia, consolidando sua participação em 100% e assumindo a gestão administrativa-financeira da companhia.

1.1 Histórico

A **Odoyá Transmissora de Energia S.A.** é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de maio de 2014 e está estabelecida na rua Doutor Renato Paes de Barros 955, Ed. Square - 10º Andar, sala 2 – Itaim Bibi - 04530-001 – São Paulo - SP. Sua base acionária é composta pelo Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e a Companhia Quantum. A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica.

1.2 Práticas e Regulamentações

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”) e das normas emitidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.3 Estrutura Societária



2 Ambiente Econômico

O ano de 2019 foi marcado pela aprovação da reforma da Previdência, inflação controlada e redução das taxas de juros a mínima histórica. Estes fatores, aliados a estímulos pontuais como a liberação de recursos do FGTS e do PIS-PASEP, contribuíram para que a economia brasileira apresentasse sinais de recuperação no segundo semestre. A taxa de desemprego apresentou leve evolução, atingindo 11% ao final de 2019 ante 11,6% ao final de 2018. Em relação à inflação, segundo o IBGE, o IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) encerrou o ano de 2019 em 4,31% (3,75% em 2018), abaixo do centro da meta de 4,5%. A taxa livre de risco, SELIC, encerrou 2019 em 4,5%a.a. (redução de 2p.p. em relação ao final de 2018) seguindo a trajetória de queda que vem ocorrendo desde 2015. No mercado de energia, dados da Empresa de Pesquisa Energética - EPE mostram aumento de 1,3% no consumo nacional de energia no comparativo de 12 meses. Esse aumento se deve principalmente à elevação do consumo nas classes comercial e residencial, impulsionada pela ocorrência de altas temperaturas nas regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste e pela melhora gradual da economia, que impulsionou o consumo das famílias.

Para o ano de 2020, o Banco Central divulgou o boletim Focus de março deste ano apresentando expectativa de redução do PIB na faixa de 0,48%. A pandemia causada pelo COVID-19 está provocando uma desaceleração significativa do crescimento global, queda nos preços das commodities e aumento da volatilidade nos preços de ativos financeiros. Ainda de acordo com o boletim Focus, a expectativa de inflação para 2020, encontra-se em 2,94% e a taxa de câmbio em R\$/US\$4,50. A taxa de juros SELIC foi reduzida para 3,75% na reunião do Comitê de Política Monetária – COPOM de março de 2020.

3 Ambiente Regulatório

O segmento de transmissão de energia tem um dos menores riscos do setor, uma vez que o recebimento de sua receita é baseado na disponibilidade de ativos.

No que diz respeito ao ambiente regulatório, especificamente para o segmento de transmissão, é importante destacar que a receita do setor de transmissão no Brasil tem origem nos leilões de transmissão promovidos pelo Ministério de Minas e Energia, por meio da Agência Reguladora (ANEEL) e tem um marco regulatório completo e consistente, garantindo às transmissoras mecanismos de revisões e reajustes tarifários periódicos, operacionalizados pela própria ANEEL (anualmente e nas revisões periódicas das receitas aprovadas). Nesse contexto, a Companhia espera manter estável geração de caixa e margem positiva de suas operações.

4 Desempenho Operacional

A **Odoyá Transmissora de Energia S.A.** trabalha para que o transporte da energia elétrica ocorra de maneira eficiente e segura, oferecendo condições para que as concessionárias de distribuição atendam aos seus consumidores finais. A transmissão da energia é uma função estratégica para assegurar o abastecimento tanto no campo, quanto nos grandes centros urbanos. Com

quilometragem de linha de 276,5km e disponibilidade apresentada em 2019 de 100%. a Companhia é composta pelos ativos abaixo:

- SE 500/230 kV Juazeiro da Bahia III;
- SE 230/69 kV Juazeiro da Bahia III (novo pátio 69 kV)
- Seccionamento LT 500 kV Sobradinho - Luiz Gonzaga na SE Juazeiro da Bahia III;
- SE 500/230 kV Morro do Chapéu II (novo pátio 500 kV); (6+1 Res)x300MVA e Compensador Estático (-100/+200)Mvar;
- LT 230 kV Juazeiro da Bahia III - Juazeiro da Bahia II, 4,5 km; e
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeçu, 272 km;

5 Desempenho Econômico-Financeiro

O desempenho econômico-financeiro, bem como o resultado das operações encontram-se apresentados nas demonstrações financeiras e notas explicativas.

6 Governança corporativa

A cada ano a Companhia vem aperfeiçoando seu sistema de gestão, buscando as melhores práticas de governança corporativa, atuando com ética e respeito para com seus acionistas e demais partes interessadas. Nesse sentido, em 2019, a Companhia se associou à ABRATE (Associação Brasileira das Empresas de Transmissão de Energia Elétrica). Constituída pelas principais empresas concessionárias e outorgadas de transmissão de energia elétrica, a ABRATE tem como objetivo representar os legítimos interesses e agregar valor para as empresas associadas. O ano de 2019 também foi marcado pela implantação de importantes ferramentas de gestão de informações, tais como nossa Intranet, os softwares de Business Intelligence (BI), Gestão de Tesouraria e de Gestão dos Processos Judiciais e Atos Societários, além do aprimoramento e aperfeiçoamento da ferramenta de Compliance.

7 Responsabilidade ambiental e social

A Companhia opera em conformidade com a legislação brasileira, atendendo a todos os requisitos de meio ambiente e exigências de saúde, higiene, segurança e medicina do trabalho. São desenvolvidos Programas ambientais visando mitigar e compensar os impactos ao meio ambiente.

8 Auditores Independentes

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, a Companhia declara que mantém contrato com a KPMG Auditores Independentes (“KPMG”), com vigência até emissão deste relatório. Os serviços de auditoria relacionados contemplam à auditoria das Demonstrações Contábeis. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços de auditoria externa se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor e consistem em: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais na Companhia e (c) o auditor não deve promover os interesses da Companhia.

9 Agradecimentos

Finalmente, deixamos consignados nossos agradecimentos aos acionistas, colaboradores, parceiros, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do setor elétrico, e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

A Administração.



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Aos Conselheiros e Diretores da
Odoya Transmissora de Energia S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da Odoya Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração da Odoya Transmissora de Energia S.A. com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605 de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Odoya Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 4 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a Odoya Transmissora de Energia S.A. a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outras finalidades. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Determinamos que não existem principais assuntos de auditoria a comunicar em nosso relatório.

Outros Assuntos – Demonstrações financeiras societárias

A Odoya Transmissora de Energia S.A. preparou um conjunto de demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 14 de maio de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito..

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias,

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6


Samuel Viero Ricken
Contador CRC SC-030412/O-1


Daniel A. da S. Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Odoyá Transmissora de Energia S.A.
Balancos patrimoniais
(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	31/12/2019	31/12/2018	Passivo	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	6	25.288	50.066	Fornecedores	10	1.454	4.136
Concessionárias e permissonárias	8	6.462	7.562	Financiamentos e debêntures	11	26.543	21.640
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.733	1.723	Obrigações fiscais		270	1.734
Outros impostos a recuperar		1.366	150	Taxas regulamentares		804	392
Outras contas a receber		27	93	Dividendos a pagar		8.358	-
Adiantamento a fornecedor		425	-	Partes relacionadas	18	8	9.057
Despesas Pagas antecipadamente		343	374			37.437	36.959
		36.644	59.968				
Não Circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferido		3.676	-	Financiamentos e debêntures	11	380.501	395.936
Aplicações financeiras vinculadas	7	14.389	-			380.501	395.936
Imobilizado	9	591.752	610.577	Patrimônio líquido	12		
Intangível	9	3.023	3.008	Capital Social		225.501	225.501
		612.840	613.585	Reserva de Incentivos Fiscais		2.939	-
				Reserva de Lucros		31.359	15.157
				Prejuízo acumulado		(28.253)	-
						231.546	240.658
Total do Ativo		649.484	673.553	Total Patrimônio líquido		231.546	240.658
				Total do Passivo e Patrimônio Líquido		649.484	673.553

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações de resultados

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita Bruta	14	71.622	70.557
(-) PIS e COFINS		(6.731)	(6.718)
(-) P&D ,FNDCT e MME		(1.036)	(880)
Receita operacional líquida		63.855	62.959
Resultado antes dos custos gerenciáveis		63.855	62.959
Custos gerenciáveis parcela "B"	15		
Material		(48)	-
Serviços de terceiros		(6.108)	(7.301)
Outras despesas		(786)	(659)
Despesas com depreciação		(21.469)	(17.907)
		(28.411)	(25.867)
Resultado da atividade de concessão		35.444	37.092
Resultado financeiro	17		
Receitas financeiras		2.251	4.051
Despesas financeiras		(35.356)	(36.221)
		(33.105)	(32.170)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		2.339	4.922
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	-	(407)
Imposto de renda e contribuição social diferido		3.676	
Lucro líquido do exercício		6.015	4.515

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	6.015	4.515
Total do resultado abrangente do exercício	<u>6.015</u>	<u>4.515</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Odoyá Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

(Em milhares de reais)

Saldos em 1 de janeiro de 2018

Nota	Capital social	Reserva Legal	Reserva de incentivo fiscal	Reserva de lucro a realizar	(Prejuízos) Lucros acumulados	Total
	225.501	339	-	6.439	3.864	236.143
Lucro do exercício	-	-	-	-	4.515	4.515
Destinação de lucros à						
Reserva legal	-	1.410	-	-	(1.410)	-
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	3.105	(3.105)	-
Reserva de incentivo fiscal	-	-	2.939	-	(2.939)	-

Saldos em 31 de dezembro de 2018

Juros sobre capital próprio						
Lucro do exercício	-	-	-	(6.769)	6.015	(6.769)
Destinação de lucros à						
Reserva legal	-	1.760	-	-	(1.760)	-
Dividendos mínimos	-	-	-	-	(8.358)	(8.358)
Reserva de lucros a realizar	-	-	-	25.075	(25.075)	-

Saldos em 31 de dezembro de 2019

	225.501	3.509	2.939	27.850	(28.253)	231.546
--	---------	-------	-------	--------	----------	---------

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Odojá Transmissora de Energia S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de Reais)

	Nota	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		6.015	4.515
Ajustes para reconciliar o lucro líquido ao fluxo de caixa das atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9	21.469	17.907
Imposto de renda e contribuição social diferido		(3.676)	-
Baixa de imobilizado	9	745	-
Juros apropriados sobre dívidas financeiras	11	34.785	-
Provisões		(3.069)	(4.153)
		<u>56.269</u>	<u>18.269</u>
Variações nos ativos e passivos:			
Concessionárias e Permissionárias	8	1.100	(859)
Aumento (redução) de Partes relacionadas	18	(9.049)	(48.760)
Aumento outras contas a receber		66	15
Redução (aumento) em tributos a recuperar		(2.226)	(827)
Aumento (redução) em despesas antecipadas		30	53
Aumento (redução) em fornecedores	10	387	(2.790)
Aumento em obrigações fiscais		(1.464)	(159)
Adiantamento de fornecedor		(425)	-
Aumento taxas regulamentares		412	203
		<u>(11.169)</u>	<u>(53.124)</u>
Caixa líquido gerado pelas (usado nas) atividades operacionais		<u>45.100</u>	<u>(34.855)</u>
Atividades de investimentos			
Aquisições de bens do imobilizado e intangível	9	(3.403)	(6.334)
Disponibilidades líquidas usadas nas atividades de investimentos		<u>(3.403)</u>	<u>(6.334)</u>
Atividades de financiamentos			
Financiamentos e debêntures obtidos	11	-	35.612
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	11	(16.430)	(2.415)
Aplicações financeiras vinculadas	7	(14.389)	-
Juros sobre capital próprio pago	12	(6.769)	-
Pagamentos de juros de financiamentos e debêntures	11	(28.887)	(4.063)
Disponibilidades líquidas geradas pelas (usadas na) atividades de financiamentos		<u>(66.475)</u>	<u>29.134</u>
Redução no caixa e equivalentes de caixa		<u>(24.778)</u>	<u>(12.055)</u>
Caixa e equivalente caixa no fim do exercício	6	25.288	50.066
Caixa e equivalente caixa no início do exercício	6	50.066	62.121
Redução no caixa e equivalentes de caixa		<u>(24.778)</u>	<u>(12.055)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias

(Em milhares de Reais)

1 Contexto Operacional

A Odoyá Transmissora de Energia S.A. (“Companhia ou Transmissora”), controlada pelo Brasil Energia Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e pela Quantum Participações S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 12 de maio de 2014 e está estabelecida na Rua Dr. Renato Paes de Barros, 955, conjuntos comerciais n.º 102, 111 e 112, sala 02, Itaim Bibi, CEP: 04530-001 – São Paulo - SP.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 08 de agosto de 2019, ficou consignado que o novo Estatuto Social foi apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no âmbito de pedido de anuência prévia de transferência de controle societário da empresa Odoyá Transmissora de Energia S.A., que passará a ser compartilhado entre o fundo de investimento Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e a empresa Quantum Participações S.A., conforme Processo n.º 48500.002067/2019-92, o qual foi aprovado por meio do Despacho n.º 1.567 de 03 de junho de 2019.

A Companhia tem por objeto social a construção, projeto, implantação, operação, manutenção e exploração, de instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Interligado Nacional e de mais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle telecomunicação, administração, apoio e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME).

1.1 Da concessão

Por meio do Contrato de Concessão do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica n.º 17/2014 - ANEEL, datado de 5 de setembro 2014, foi outorgada à Companhia a concessão de Serviço de Transmissão de Energia Elétrica pelo prazo de 30 anos, que consiste na construção, operação, manutenção e pelas demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio dos seguintes empreendimentos:

- SE 500/230 kV Juazeiro da Bahia III;
- SE 230/69 kV Juazeiro da Bahia III (novo pátio 69 kV)
- Seccionamento LT 500 kV Sobradinho - Luiz Gonzaga na SE Juazeiro da Bahia III;
- SE 500/230 kV Morro do Chapéu II (novo pátio 500 kV); (6+1 Res)x300MVA e Compensador Estático (-100/+200)Mvar;
- LT 230 kV Juazeiro da Bahia III - Juazeiro da Bahia II, 4,5 km e

- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, 300 km;
- LT 500 kV Morro do Chapéu II - Sapeaçu, SE Moprho do Chapéu 11 500/230kV - (6+1R) x 300 MVA e Compensador Estático 500kV (-100/+200) Mvar.

A Receita Anual Permitida (RAP) do contrato de Concessão, foi determinada em aproximadamente R\$ 45.569 para todos os trechos (valor histórico), que será acrescido de PIS e COFINS. A RAP será corrigida anualmente pelo IPCA. Com a entrada em operação dos trechos acima citados, a RAP recebida no ano de 2017 foi proporcionalizada aos trechos em operação.

Os montantes que são faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

- **Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)** - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário, sendo seu percentual anual equivalente a 0,4% da receita operacional regulatória.
- **Pesquisa & Desenvolvimento do setor elétrico (P&D)** - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico equivalente ao percentual anual de 0,04% da receita operacional regulatória..
- **Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)** - O FNDCT foi criado com o objetivo de apoiar financeiramente programas e projetos prioritários de desenvolvimento científico e tecnológico nacionais, tendo como fonte de receita os incentivos fiscais, empréstimos de instituições financeiras, contribuições e doações de entidades públicas e privadas, sendo seu percentual anual equivalente a 0,04% da receita operacional regulatória.
- **Ministério de Minas e Energia (MME)** - Recolhimento a fim de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos, sendo seu percentual anual equivalente a 0,02% da receita operacional regulatória.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 643/2014, auferindo as correspondentes receitas e tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

Sem prejuízo das penalidades cabíveis e das responsabilidades incidentes, a ANEEL poderá intervir na concessão, nos termos da Lei nº 8.987/1995, a qualquer tempo, para assegurar a prestação adequada do serviço público de transmissão ou o cumprimento, pela Transmissora, das normas legais, regulamentares e contratuais, após prévio pagamento da indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não depreciados, que tenham sido realizados pela Transmissora.

A critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e a qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõem os arts. 6º e 11 da Lei nº 12.783/2012, mediante requerimento da Transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

2 Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

De acordo com os contratos de concessão de transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

3 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis regulatórias

3.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis regulatórias para fins de atendimento ao órgão regulador, ANEEL, foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa no 605, de 11 de março de 2014.

As demonstrações contábeis regulatórias são separadas das demonstrações financeiras societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações regulatórias, uma vez que as instruções contábeis para fins regulatórios especificam um tratamento ou divulgação diferentes em certos aspectos. Quando as instruções contábeis regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. Essas diferenças estão sumariadas na nota explicativa nº 21

A Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que ela possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração da Companhia não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

As demonstrações contábeis regulatórias foram aprovadas e autorizadas para emissão pela diretoria da Companhia em 29 de maio de 2020.

3.2 Licenças ambientais

O órgão responsável pelas licenças ambientais da Companhia é o INEMA - Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado da Bahia.

A Companhia obteve as seguintes licenças ambientais para a construção e operação do empreendimento:

- Licença Prévia (LP): Portaria INEMA nº 11.334 emitida em 24 de fevereiro de 2016 para o trecho LT 500kV Morro do Chapéu II -Sapeaçu; e, Portaria INEMA nº 9596 emitida em 11 de abril de 2015 para o trecho LT 230kV Juazeiro III – Juazeiro II;
- Licença de Instalação (LI): Portaria INEMA nº 12.905 emitida em 17 de novembro de 2016 para o trecho LT 500kV Morro do Chapéu II -Sapeaçu; e, Portaria INEMA nº 10.713 emitida em 06 de novembro de 2015 para o trecho LT 230kV Juazeiro III – Juazeiro II;
- Licença de Operação - LO: A Resolução CEPRAM nº. 4.119, de 30 de agosto de 2010, prevê que no estado da Bahia a operação de linhas de transmissão não é contemplada em uma etapa específica do licenciamento ambiental. Desta forma, o último documento referente ao licenciamento ambiental do empreendimento foram as Licenças de Instalação que tiveram suas condicionantes atendidas.

Para o Estado da Bahia as autorizações ambientais necessárias estão inclusas na Portaria da Licença de Instalação, por isso não há outras autorizações necessárias.

3.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis regulatórias estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias, exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativo, passivo, receita e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis resultantes, raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua. Os ajustes oriundos no momento destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e também aplicadas de maneira prospectiva.

3.5 Base de mensuração

As demonstrações contábeis regulatórias foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não-derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

4 Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou de forma consistente as políticas contábeis descritas abaixo nos exercícios apresentados nestas demonstrações contábeis regulatórias.

O resumo das principais políticas contábeis adotadas pela Companhia é como segue:

4.1 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medido pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

4.2 Receita e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. A Companhia classifica juros recebidos como fluxos de caixa das atividades de investimento. As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método da taxa de juros efetiva.

4.3 Instrumentos Financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia possuía saldo de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários classificados a valor justo por meio do resultado.

(ii) Ativo Financeiro ao Custo Amortizado

Em 31 de dezembro de 2019 os ativos financeiros da Companhia classificados nesta categoria, compreendiam a conta concessionárias e permissionárias e é mensurado pelo custo amortizado usando o método de juros efetivo, conforme CPC 38 / IAS 39.46(a).

4.4 Caixa e equivalentes de caixa

Os equivalentes de caixa são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos.

4.5 Concessionárias e Permissionárias

Referem-se aos créditos faturado aos agentes do setor conforme determinações do Operador Nacional do Sistema por meio dos Avisos de Créditos (AVCs) mensais. Parcela destes créditos é reconhecida como redução do ativo financeiro da Companhia, oriundo dos serviços de construção prestados e a parcela remanescente, referente aos serviços de operação e manutenção, é reconhecida no resultado do exercício pela prestação destes serviços.

4.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescida do adicional de 10%, sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

Os impostos correntes são os impostos a pagar ou a receber esperados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, às taxas de impostos determinadas ou substantivamente determinadas na data de apresentação das demonstrações contábeis regulatórias e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido.

4.7 Provisões para contingências

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não foi constituída provisão para contingências face à inexistência de riscos com fatos geradores incorridos e/ou discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, suportada pelos seus assessores jurídicos, como risco provável de perda. Mediante confirmação de terceiros e avaliação da Administração em conjunto com os especialistas jurídicos não observou-se contingências possíveis que sejam materiais para fins de divulgação.

4.8 Imobilizado

(i) Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção.

(ii) Depreciação

A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador. Os quais, na avaliação da Companhia, se aproximam da vida útil dos bens.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

(iii) Imobilizado em curso

A Companhia agrega mensalmente ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros líquidos dos rendimentos sobre aplicações financeiras, as variações monetárias, e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos diretamente atribuídos à aquisição ou constituição de ativo qualificável considerando os seguintes critérios para capitalização: (a) período de capitalização correspondente à fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização; (b) utilização da taxa média ponderada dos empréstimos vigentes na data da capitalização; (c) o montante dos juros, as variações monetárias, e demais encargos financeiros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização; e (d) os juros, as variações monetárias e demais encargos financeiros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil determinada para o item do imobilizado ao qual foram incorporados.

(iv) Redução ao valor recuperável (Impairment)

A cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou indicação de desvalorização ativos nos exercícios apresentados.

4.9 Intangível

Registrado ao custo de aquisição. A amortização é calculada pelo método linear. Os encargos financeiros, juros e atualizações monetárias incorridos, relativos a financiamentos obtidos de terceiros vinculados ao intangível em andamento, são apropriados às imobilizações intangíveis em curso durante o período de construção do intangível.

5 Mudanças nas principais políticas contábeis

5.1 CPC 06 (R2) Operações de Arrendamento Mercantil

O CPC 06 (R2) introduz um modelo único de contabilização de arrendamento no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. O ativo de direito de uso é amortizado linearmente de acordo com a vida útil do respectivo ativo adjacente, o passivo é amortizado de acordo com pagamento das contraprestações, reconhecendo as respectivas despesas financeiras com base no método da taxa efetiva de juros. Insenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador

permanece semelhantes à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019. A Companhia não possui operações que se enquadram na aplicação do CPC 06 (R2) em 31 de dezembro de 2019.

5.2 ICPC 22 - Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro

Esta Interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 quando há incerteza sobre os tratamentos de tributo sobre o lucro. Nessa circunstância, a entidade deverá reconhecer e mensurar seu tributo corrente ou diferido ativo ou passivo, aplicando os requisitos do CPC 32 com base em lucro tributável (prejuízo fiscal), bases fiscais, prejuízos fiscais não utilizados, créditos fiscais não utilizados e alíquotas fiscais determinados, aplicando esta Interpretação. Vigência a partir de 1º de janeiro de 2019. A Administração não identificou modificações ou impactos na adoção desta norma.

Tendo em vista o exposto acima e como não houve uma manifestação do órgão regulador (ANEEL) sobre as normas apresentadas (CPC 06 (R2) e ICPC 22) as mesmas não estão sendo consideradas na elaboração desta demonstração contábil regulatória.

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	1	1
Bancos	7.090	5.806
Aplicações	18.198	44.259
	25.288	50.066

As aplicações estão representadas por fundos de investimento de renda fixa de curto prazo e de baixo risco, remunerados às taxas de juros projetadas para seguir principalmente à variação de 95,3% a 99,5% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI). As aplicações financeiras são de curto prazo, de alta liquidez e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. As aplicações financeiras são registradas pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor justo. Segue abaixo abertura por instituição financeira:

Instituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2019	31/12/2018
Banco Santander	CDB	99,5% CDI	-	22.355
Banco Bradesco	CDB	95,8% CDI	-	21.904
Banco BTG	CDB	95,3% CDI	18.198	-
			18.198	44.259

7 Aplicações financeiras vinculadas

	31/12/2019	31/12/2018
Aplicação financeira vinculada	14.389	-
	14.389	-

Insituição financeira	Tipo de aplicação	Remuneração	31/12/2019	31/12/2018
Banco Bradesco	CDB	100,1% CDI	14.389	-
			14.389	-

8 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2019	31/12/2018
Concessionárias e permissionarias	6.462	7.562

A administração entende que não é necessária a contabilização da provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar a ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta fiança bancária.

9 Imobilizado e intangível

A composição do imobilizado é como segue:

Imobilizado - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Terrenos	400	-	-	-	400	-	-	400	400
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	6.941	-	-	-	6.941	-	(603)	6.338	6.569
Máquinas e Equipamentos	560.653	-	-	-	560.653	-	(46.017)	514.636	535.874
Subtotal	567.994	-	-	-	567.994	-	(46.620)	521.374	542.843
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Terrenos / desapropriações	128	-	-	-	128	-	-	128	128
A Ratear									
Pessoal	45	-	-	-	45	-	-	45	45
Materials	14.593	1.947	-	-	16.540	1.947	-	16.540	14.593
Serviços	41.117	401	-	-	41.518	401	-	41.518	41.117
Outros	3.636	676	-	-	4.312	676	-	4.312	3.636
Resultado financeiro	7.189	-	-	-	7.189	-	-	7.189	7.189
Adiantamento a fornecedores	821	-	(745)	-	76	(745)	-	76	821
Material em depósito	202	-	-	-	202	-	-	202	202
Administração									
Móveis e utensílios	4	-	-	-	4	-	-	4	4
Outros									
P&D – Pesquisa e desenvolvimento	-	364	-	-	364	364	-	364	-
Subtotal	67.735	3.388	(745)	-	70.378	2.643	-	70.378	67.735
Total do ativo imobilizado	635.729	3.388	(745)	-	638.372	2.643	(46.620)	591.752	610.578

Odeyá Transmissora de Energia S.A.
 Demonstrações Contábeis Regulatórias em
 31 de dezembro de 2019

Inobilizado - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Imobilizado em Serviço									
Transmissão									
Terrenos	400	-	-	-	400	-	-	400	400
Edificações, Obras Cíveis e Beneficiárias	6.941	-	-	-	6.941	-	(372)	6.569	6.800
Máquinas e Equipamentos	560.653	-	-	-	560.653	-	(24.779)	535.874	553.550
Subtotal	567.994	-	-	-	567.994	-	(25.151)	542.843	560.750
Ativo Imobilizado em Curso									
Transmissão									
Terrenos / desapropriações	787	(659)	-	-	128	(659)	-	128	787
A Ratear									
Pessoal	45	-	-	-	45	-	-	45	45
Materiais	12.724	1.869	-	-	14.593	1.869	-	14.593	12.724
Serviços	35.436	5.681	-	-	41.117	5.681	-	41.117	35.436
Outros	4.201	(565)	-	-	3.636	(565)	-	3.636	4.201
Resultado financeiro	7.174	15	-	-	7.189	15	-	7.189	7.174
Adiantamento a fornecedores	592	229	-	-	821	229	-	821	592
Material em depósito	438	(236)	-	-	202	(236)	-	202	438
Administração									
Móveis e utensílios	4	-	-	-	4	-	-	4	4
Subtotal	61.401	6.334	-	-	67.735	6.334	-	67.735	61.401
Total do ativo imobilizado	629.394	6.334	-	-	635.728	6.334	(25.151)	610.578	622.151

Odeyá Transmissora de Energia S.A.
 Demonstrações Contábeis Regulatórias em
 31 de dezembro de 2019

A composição do intangível é como segue:

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2019	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2019	Valor Líquido em 31/12/2018
Ativo Intangível em Serviço									
Servidões	1.985	-	-	-	1.985	-	-	1.985	1.985
Subtotal	1.985	-	-	-	1.985	-	-	1.985	1.985
Ativo Intangível em Curso									
Depósitos judiciais	1.023	15	-	-	1.038	15	-	1.038	1.023
Subtotal	1.023	15	-	-	1.038	15	-	1.038	1.023
Total do intangível	3.008	15	-	-	3.023	15	-	3.023	3.008

Intangível - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2017	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. (C)	Valor Bruto em 31/12/2018	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2018	Valor Líquido em 31/12/2017
Ativo Intangível em Serviço									
Servidões	1.985	-	-	-	1.985	-	1.985	1.985	1.985
Subtotal	1.985	-	-	-	1.985	-	1.985	1.985	1.985
Ativo Intangível em Curso									
Depósitos judiciais	1.023	-	-	-	1.023	-	1.023	1.023	1.023
Subtotal	1.023	-	-	-	1.023	-	1.023	1.023	1.023
Total do intangível	3.008	-	-	-	3.008	-	3.008	3.008	3.008

Composição Depreciação

Composição Depreciação	2019				2018
	Taxas Anuais Médias de Depreciação	Bruto	Depreciação e Amortização Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em Serviço					
Transmissão					
Custo Histórico	3,68%	567.994	(46.620)	521.374	542.843
		567.994	(46.620)	521.374	542.843
Em Curso					
Transmissão					
Custo Histórico	N/a	70.010	-	70.735	67.731
Administração					
Custo historico	N/a	4	-	4	4
Outros					
P&D – Pesquisa e desenvolvimento	N/a	364	-	364	-
		70.738	-	70.738	67.735

As principais taxas de anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução Normativa nº 674 de 11 de agosto de 2015, que foi revogada pela resolução No. 674/2015, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação	
	(%)
Transmissão	
Banco de Capacitores	5,88
Barramento	2,5
Condutor	2,7
Disjuntor	3,03
Estrutura (Poste, Torre)	2,7
Transformador	3,3

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto no 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações sejam depositadas em conta bancária vinculada para aplicação na concessão.

10 Fornecedores

	31/12/2019	31/12/2018
Materiais	214	15
Serviços	516	190
Provisões (i)	725	3.893
Outros	-	38
	<u>1.454</u>	<u>4.136</u>

Os valores referem-se substancialmente a fornecimento de serviços e equipamentos para a obra.

- (i) A composição desta rubrica refere-se basicamente a provisão de compra de equipamentos, e adicionalmente a companhia faz desapropriações para passagens das linhas de transmissão e servidões em geral, conjunto de ações necessárias para início e manutenção das operações comerciais.

11 Financiamentos e Debêntures

a. Composição

Instituições financeiras	Moeda	Vencimento Final	Taxas de juros contratual % a.a	31/12/2019	31/12/2018
BNDES Subcrédito – A	BRL	15/08/2031	TJLP314 + 1,98%	30.848	32.340
BNDES Subcrédito – B	BRL	15/01/2033	TJLP314 + 1,98%	189.469	195.161
BNDES Subcrédito – C	BRL	15/03/2033	TJLP314 + 1,98%	10.119	10.218
BNDES Subcrédito – D	BRL	15/07/2032	TJLP314 + 1,98%	18.867	19.644
BNDES Subcrédito – E	BRL	15/08/2031	TJLP314 + 1,98%	9.326	9.777
BNDES Subcrédito – F	BRL	15/08/2033	TJLP314 + 1,98%	57.190	58.908
BNDES Subcrédito – G	BRL	15/08/2033	TJLP314 + 1,98%	3.054	3.085
BNDES Subcrédito – H	BRL	15/08/2032	TJLP314 + 1,98%	5.695	5.929
Itaú – Debêntures	BRL	15/09/2031	IPCA + 6,80%	82.476	82.514
				<u>407.044</u>	<u>417.576</u>
Circulante				26.543	21.640
Não circulante				<u>380.501</u>	<u>395.936</u>

b. Movimentação 2019

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2018	Captações Adições	Juros	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Saldo em 31/12/2019
BNDES Subcrédito – A	32.340	-	2.493	(2.405)	(1.580)	30.848
BNDES Subcrédito – B	195.161	-	15.243	(13.445)	(7.490)	189.469
BNDES Subcrédito – C	10.218	-	809	(584)	(324)	10.119
BNDES Subcrédito – D	19.644	-	1.609	(1.555)	(831)	18.867
BNDES Subcrédito – E	9.777	-	754	(727)	(478)	9.326
BNDES Subcrédito – F	58.908	-	4.601	(4.058)	(2.261)	57.190
BNDES Subcrédito – G	3.085	-	244	(177)	(98)	3.054
BNDES Subcrédito – H	5.929	-	486	(469)	(251)	5.695
Itaú – Debêntures	82.514	-	8.546	(5.467)	(3.117)	82.476
Total	<u>417.576</u>	<u>-</u>	<u>34.785</u>	<u>(28.887)</u>	<u>(16.430)</u>	<u>407.044</u>

c. Movimentação 2018

Instituições financeiras	Saldo em 31/12/2017	Captações Adições	Juros	Amortização de Juros	Amortização de Principal	Saldo em 31/12/2018
BNDES Subcrédito – A	33.658	226	2.531	(2.543)	(1.532)	32.340
BNDES Subcrédito – B	179.305	10.812	5.044	-	-	195.161
BNDES Subcrédito – C	9.388	569	261	-	-	10.218
BNDES Subcrédito – D	18.903	1.047	688	(672)	(322)	19.644
BNDES Subcrédito – E	10.175	69	764	(768)	(463)	9.777
BNDES Subcrédito – F	54.122	4.637	149	-	-	58.908
BNDES Subcrédito – G	2.833	172	79	-	-	3.085
BNDES Subcrédito – H	5.705	313	89	(80)	(98)	5.929
Itaú – Debêntures	74.353	-	8.161	-	-	82.514
Total	388.442	17.845	17.766	(4.063)	(2.415)	417.576

BNDES

Com o objetivo de liquidar todos os empréstimos pontes iniciais associados com a implementação do projeto Odoyá, a Companhia celebrou junto ao BNDES contrato de longo prazo com taxas TJLP314 + 1,98% mais estáveis, portanto trocando o perfil de endividamento de exigibilidades circulantes para não-circulante. O contrato de financiamento possui cláusulas restritivas “covenants” financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a sua vigência. Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, todas as cláusulas restritivas “covenants” estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia (Índice de Cobertura do Serviço da Dívida e Índice de Capital Próprio).

Debêntures

Com o objetivo de financiar custos associados ao Projeto Odoyá a Companhia teve sua primeira emissão de debêntures devidamente aprovadas mediante AGE e nos termos da instrução da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) nº476 “Instrução CVM 476”, sendo estas debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie garantia real, com garantia adicional fidejussória, em série única, para distribuição pública, com esforços restritos de colocação. Os Coordenadores (Itaú e Citibank) são instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, devidamente autorizados a operar no mercado de capitais, e concordaram em realizar a distribuição das debêntures junto ao público com esforços restritos de colocação, sob regime de garantia firme de subscrição. As garantias reais são outorgadas em benefício conjunto do BNDES e dos debenturistas, representados pelo agente fiduciário, e compartilhadas nos termos, pari passu e em mesmo grau de senioridade, proporcionalmente ao saldo devedor com o BNDES e os debenturistas, sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão (compartilhamento das garantias reais).

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, todas as cláusulas restritivas “covenants” estabelecidas no contrato de debêntures foram cumpridas pela Companhia.

Os vencimentos das parcelas do circulante e não circulantes são os seguintes:

	31/12/2019
2020	26.543
2021	28.129
2022	30.191
Após 2023	<u>322.181</u>
Total financiamentos e debêntures	<u>407.077</u>

12 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 08 de agosto de 2019, na Assembleia Geral Extraordinária, por unanimidade dos votos e sem ressalvas, houve a comunicação da alteração da sede da companhia, anteriormente estabelecida na Avenida Presidente Wilson, 231, sala 1004 – Centro – 20030-021 – Rio de Janeiro/RJ, para a Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Doutor Renato Paes de Barros, 955, conjuntos comerciais n.º 102, 111, 112, sala 02, Itaim Bibi, CEP: 04530-001.

Neste mesmo ato, ficou consignado que o novo Estatuto Social foi apresentado à Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, no âmbito de pedido de anuência prévia de transferência de controle societário da empresa Odoyá Transmissora de Energia S.A., que passará a ser compartilhado entre o FIP Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e a empresa Quantum Participações S.A., conforme Processo n.º 48500.002067/2019-92, o qual foi aprovado por meio do Despacho n.º 1.567 de 03 de junho de 2019.

Em 31 de dezembro de 2019 o capital social subscrito é de R\$ 225.501.000, dividido em 225.501.000 ações ordinárias no valor nominal de R\$ 1,00 cada.

Composição acionária	31/12/2019			31/12/2018		
	Qntd Ações	%	Valor (Em Reais)	Qntd Ações	%	Valor (Em Reais)
Cymi Construções e Participações S.A.	-	0,00%	-	112.750.500	50,00%	112.750.500
Brasil Energia Fundo de investimentos em participações	225.500.999	99,9999996%	225.500.999	112.750.500	50,00%	112.750.500
Quantum Participações S.A	1	0,0000004%	1	-	0,00%	-
Total	<u>225.501.000</u>	<u>100%</u>	<u>225.501.000</u>	<u>225.501.000</u>	<u>100%</u>	<u>225.501.000</u>

b. Política de dividendos

Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

c. Reserva de Incentivos Fiscais

Conforme laudo constitutivo nº0142/2018 de reconhecimento do direito ao benefício à redução do IRPJ emitido em 21 de setembro de 2018 foi garantido à Odoyá Transmissora de Energia S.A. pelo diretor de gestão de fundos e incentivos e de investimentos da Superintendencia do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, o direito do benefício de redução de 75% do imposto de renda e adicionais, calculados com base no lucro da exploração. O período de fruição ao direito do benefício fiscal é de 01 de janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2027.

d. Reserva de retenção de lucros

É destinado à aplicação em investimento previsto no orçamento de capital conforme proposta no orçamento previamente aprovado na Assembleia Geral.

13 Provisão para contingências

A Companhia é parte em demandas trabalhistas e cíveis em andamento na esfera administrativa e judicial. As provisões para as perdas decorrentes dessas demandas são estimadas e atualizadas pela Companhia, amparada pela opinião de seus assessores jurídicos externos que não identificaram contingências passivas com prognóstico provável de perda.

Contingências passivas com avaliação de risco possível

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2019 estavam assim representadas:

	<u>31/12/2019</u>	
	Qtde.	Montante
Cíveis	4	699
Fiscal	1	777
	<u>5</u>	<u>1.476</u>

14 Receita

Segue abaixo a conciliação entre a receita bruta e a receita apresentada na demonstração de resultado do exercício:

	31/12/2019	31/12/2018
Receita anual permitida	<u>71.622</u>	<u>70.557</u>
Total Receita Bruta	<u>71.622</u>	<u>70.557</u>
(-) PIS e COFINS	(6.731)	(6.718)
(-) P&D ,FNDCT e MME	<u>(1.036)</u>	<u>(880)</u>
Receita líquida	<u>63.855</u>	<u>62.959</u>

15 Custos gerenciáveis

	31/12/2019	31/12/2018
Material	(48)	-
Serviços de terceiros (i)	(6.108)	(7.301)
Despesas com depreciação	(21.469)	(17.907)
Outros custos	<u>(786)</u>	<u>-</u>
	<u>(28.411)</u>	<u>(25.867)</u>

- (i) Refere-se substancialmente a serviços de Operação e Manutenção, serviço de gestão empresarial , serviços de assessoria jurídica , assessoria contábil e serviços de telecomunicação.

16 Imposto de renda e contribuição social

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social apurados no regime do lucro real e debitada em resultado é demonstrada como segue:

	31/12/2019			
Base de Cálculo	Alíquotas	Total do IRPJ antes do Incentivo	(-) SUDENE - Redução do IRPJ em 75%	Total
IRPJ Corrente	-	15% + 10% Adicional	-	-
CSLL Corrente	-	9%	-	-
				<u>-</u>
				<u>-</u>

31/12/2018					
	Base de Cálculo	Alíquotas	Total do IRPJ antes do Incentivo	(-) SUDENE - Redução do IRPJ em 75%	Total
IRPJ Corrente	9.349	15% + 10% Adicional	2.939	(2.939)	0
CSLL Corrente	9.349	9%	-	-	407
					407

17 Resultado financeiro

O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Receitas financeiras	2.251	4.051
Receita de aplicações financeiras	2.251	4.051
Despesas financeiras	(35.356)	(36.221)
Juros de empréstimos e financiamentos	(34.785)	(35.612)
IOF de empréstimos	(23)	(7)
Outras despesas financeiras	(548)	(602)
Resultado financeiro líquido	(33.105)	(32.170)

18 Partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas as suas acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares. As principais transações com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

	Ativo	Passivo	Resultado		
Transações	Ativo de Contrato (Contas a receber)	Fornecedores	O&M	G&A	Outros
Cymi Construções e Participações (i)	-	9.057	-	-	-
Setec Soluções Energéticas (ii)	-	-	3.679 (a)	1.986 (b)	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2018	-	9.057	3.679	1.986	-

Transações	Ativo	Passivo	Resultado		
	Ativo de Contrato (Contas a receber)	Fornecedores	O&M	G&A	Outros
Quantum Participações S.A	-	8	-	-	8
Saldos em 31 de Dezembro de 2019	-	8	-	-	8

- (i) Saldo refere-se ao contrato de gerenciamento EPC (Engineering, Procurement and Construction) em sistema de turn key celebrado entre a Companhia e a Cymi Construções e Cymi do Brasil; Em 08 de agosto de 2019, em Assembleia Geral Extraordinária o controle acionário da Companhia foi transferido para a FIP Brasil Energia Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia e a empresa Quantum Participações S.A., desta forma os valores das transações que a Companhia possui com a Cymi Construções e Cymi do Brasil não estão apresentadas na nota de partes relacionadas para o ano de 2019.
- (ii) (a) Valor refere-se aos serviços de operação e manutenção para as instalações da Companhia;
- (iii) (b) Valor refere-se ao contrato de celebrado entre as partes de serviços e funções de gestão e administração das instalações da Companhia.

a. Remuneração dos Administradores

Em 31 de dezembro de 2019, os administradores não receberam remuneração nem benefícios da Companhia. Os administradores são remunerados pela Quantum Participações S.A

19 Instrumentos financeiros

Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia, os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

b. Gerenciamento de riscos

Visão geral - a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito.
- Risco de mercado.
- Risco de liquidez.

Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações.

A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia.

O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia.

c. Riscos de crédito

É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

Risco de crédito	31/12/2019	31/12/2018
Ativos financeiros		
Caixa e equivalentes de caixa	25.288	50.066
Aplicação financeira vinculada	14.389	-
Concessionárias e permissionárias	6.462	7.562
	<u>46.139</u>	<u>57.628</u>

- **Caixa e equivalentes de caixa** - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.
- **Concessionárias e permissonárias** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: “Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão.” São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir:

- Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores.
- As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários.
- Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários.
- No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

d. Risco de mercado

A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas.

Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras.

Em 31 de Dezembro de 2019 e 2018, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2019	31/12/2018
Aplicações financeiras (incluindo as vinculadas)		
CDI	32.587	44.259

Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras

A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir.

- **Fonte:** a taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN.

Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável (*)	25% Cenário A	50% Cenário B
Ativos Financeiros					
Aplicações financeiras	32.587	Queda da taxa CDI	1.316	987	658
Referência para ativos financeiros					
			Cenário provável	-25%	-50%
			4,04%	3,03%	2,02%

- (*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 6,40% para o período, de acordo com a expectativa do mercado.

Com relação aos financiamentos e debêntures, os cenários A e B consideram uma elevação da TJLP e IPCA em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)		Risco	Cenário 25% provável (*)	Cenário 50% A	Cenário B
Passivos Financeiros						
BNDES - Subcréditos A - H	324.568		Queda da TJLP	18.078	22.598	27.118
			Aumento do			
Debêntures - Itaú	82.476		IPCA	3.555	4.443	5.332
Referência para ativos financeiros				Cenário provável	25%	50%
TJLP (%)		-		5,57%	6,96%	8,36%
IPCA (%)		-		4,31%	5,39%	6,47%
IPCA de Dez/19 – 4,31%		-				

(*) Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando TJLP e IPCA médio estimado de 7,00% e 4,00% respectivamente para o período, de acordo com a expectativa do mercado conforme dados do BACEN.

- **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados.
- **Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida.

e. **Riscos de liquidez**

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir, estão os vencimentos contratuais de passivo financeiro remanescentes em 31 de dezembro de 2019. Os valores apresentados são brutos e não descontados, e incluem pagamentos de juros estimados e excluem o impactados acordos de compensação.

Fluxo de caixas contratuais				
	Valor contábil	Até 12 meses	Entre 2 e 3 anos	Acima de 3 anos
Fornecedores	1.454	1.454	-	-
Financiamentos e Debêntures	407.044	46.130	95.145	491.797
	<u>408.498</u>	<u>47.584</u>	<u>95.145</u>	<u>491.797</u>

f. Categorias de instrumentos financeiros

Ativos financeiros	Categoria
Bancos	Custo amortizado
Aplicações financeiras (incluindo as vinculadas)	Valor justo por meio de resultado
Concessionárias a permissionárias	Custo amortizado
Passivos financeiros	
Fornecedores	Custo Amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado

Em 31 de Dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 o valor de mercado dos ativos e passivos financeiros acima se aproxima do valor contábil.

Classificações contábeis e valores justos

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e valores justos, consideramos:

- **Caixa equivalentes de caixa** e aplicações financeiras vinculadas- contas correntes conforme posição dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data da apresentação das demonstrações financeiras.
- **Concessionárias e permissionárias** - A Administração considera que os saldos contábeis aproximam-se dos seus valores justos.
- **Empréstimos e financiamentos** - a Companhia considera que os valores justos para os financiamento existentes no exercício são considerados próximos aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxa de juros comparáveis.

g. Hierarquia do valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificado e divulgados com os níveis a seguir:

Descritivo	31/12/2019	
	Nível 1	Total
Caixas e equivalentes de caixa	25.288	25.288
Aplicação financeira vinculada	14.389	14.389
Total	39.677	39.677

- **Nível 1** - Preços cotados não ajustados em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2** - Inputs, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente preços ou indiretamente derivado de preços).

- **Nível 3** - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado.

20 Compromissos futuros

Nos itens seguintes são apresentados os compromissos operacionais de longo prazo de acordo com o que estabelece os CPCs números 05, 26 e 45:

- **Contrato de O&M** - Contrato celebrado em 14 de junho de 2016 com a Setec Soluções Energéticas de Transmissão e Controle Ltda, e tem como objeto a prestação de serviços de operação, manutenção (O&M), gestão e administração (G&A) para as Instalações.

A remuneração G&A será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da RAP pela Companhia. No ano de 2019 foram cobrados R\$1.220 (*R\$1.986 em 2018*).

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$ 1.320 por ano.

Com relação a remuneração O&M será paga mensalmente e é devida a partir da data do primeiro recebimento da RAP pela Companhia. No ano de 2019 foram cobrados R\$4.226 (*R\$ 3.679 em 2018*)

O contrato tem duração de 5 anos renovável por dois períodos adicionais de 5 anos cada e será ajustado anualmente pelo IPCA. O previsto em contrato a ser pago pela prestação de serviços é R\$ 2.640 por ano.

21 Conciliação entre as demonstrações financeiras societárias e as demonstrações contábeis regulatórias.

Para fins estatutários, a Companhia seguiu as práticas contábeis vigentes na legislação societária para a contabilização e elaboração das demonstrações financeiras societárias, sendo que para fins regulatórios, a Companhia seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014. Desta forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessária a apresentação da reconciliação das informações apresentadas nas demonstrações financeiras societárias com as apresentadas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Balanco Patrimonial
Em 31 de Dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	2019			2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa		25.288	-	25.288	50.066	-	50.066
Concessionarias e permissionarias		6.462	-	6.462	7.562	-	7.562
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		2.733	-	2.733	1.723	-	1.723
Outros impostos a recuperar		1.366	-	1.366	150	-	150
Outras contas a receber		27	-	27	93	-	93
Adiantamento a fornecedor		425	-	425	-	-	-
Despesas Pagas antecipadamente		343	-	343	374	-	374
Ativo de Contrato	21.1	-	72.390	72.390	-	64.087	64.087
		<u>36.644</u>	<u>72.390</u>	<u>109.034</u>	<u>59.968</u>	<u>64.087</u>	<u>124.055</u>
Não Circulante							
Imposto de renda e contribuição social diferido*		3.676	7.123	10.799	-	-	-
Aplicação financeira vinculada		14.389	-	14.389	-	-	-
Ativo de Contrato	21.1	-	667.350	667.350	-	655.367	655.367
Imobilizado	21.2	591.752	(591.748)	4	610.577	(610.573)	4
Intangível	21.2	3.023	(3.023)	-	3.008	(3.008)	-
		<u>612.840</u>	<u>79.702</u>	<u>692.542</u>	<u>613.585</u>	<u>41.786</u>	<u>655.371</u>
Total do Ativo		<u>649.484</u>	<u>152.092</u>	<u>801.576</u>	<u>673.553</u>	<u>105.873</u>	<u>779.426</u>
Passivo							
		2019			2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Circulante							
Fornecedores		1.454	-	1.454	4.136	-	4.136
Financiamentos e debêntures		26.543	-	26.543	21.640	-	21.640
Obrigações fiscais		270	-	270	1.734	-	1.734
Taxas regulamentares		804	-	804	392	-	392
Dividendos a pagar		8.358	-	8.358	-	-	-
Partes relacionadas		8	-	8	9.057	-	9.057
		<u>37.437</u>	<u>-</u>	<u>37.437</u>	<u>36.959</u>	<u>-</u>	<u>36.959</u>
Financiamentos e debêntures		380.501	-	380.501	395.936	-	395.936
PIS e COFINS diferido	21.3	-	68.426	68.426	-	67.229	67.229
Imposto de renda e contribuição social diferido*	21.3	-	41.228	41.228	-	25.384	25.384
		<u>380.501</u>	<u>109.654</u>	<u>490.155</u>	<u>395.936</u>	<u>92.613</u>	<u>488.549</u>
Patrimônio líquido							
Capital Social		225.501	-	225.501	225.501	-	225.501
Reserva de Incentivos Fiscais		2.939	-	2.939	-	2.939	2.939
Reserva de Lucros	21.4	31.359	14.185	45.544	15.157	10.321	25.478
Prejuízo acumulado	21.4	(28.253)	28.253	-	-	-	-
		<u>231.546</u>	<u>42.438</u>	<u>273.984</u>	<u>240.658</u>	<u>13.260</u>	<u>253.918</u>
Total Patrimônio líquido		<u>231.546</u>	<u>42.438</u>	<u>273.984</u>	<u>240.658</u>	<u>13.260</u>	<u>253.918</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>649.484</u>	<u>152.092</u>	<u>801.576</u>	<u>673.553</u>	<u>105.873</u>	<u>779.426</u>

Demonstrações do Resultado
Em 31 de Dezembro de 2019
(Em milhares de reais)

	Nota	2019			2018		
		Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional bruta							
Receita anual permitida – RAP		71.622	(71.622)	-	70.557	(70.557)	-
Receita de Construção - Ativo de Contrato		-	2.985	2.985	-	7.068	7.068
Receita financeira - Ativo de contrato		-	80.182	80.182	-	77.081	77.081
Receita de O&M - Ativo de contrato		-	8.740	8.740	-	8.494	8.494
Outras Receitas		-	-	-	-	6.047	6.047
		<u>71.622</u>	<u>20.285</u>	<u>91.907</u>	<u>70.557</u>	<u>28.133</u>	<u>98.690</u>
Deduções da receita operacional							
Pis e Cofins		(6.731)	(1.196)	(7.927)	(6.718)	(3.114)	(9.832)
P&D, FNDCT e MME		(1.036)	-	(1.036)	(880)	-	(880)
Receita operacional líquida	21.5	63.855	19.089	82.944	62.959	25.019	87.978
Custo de Construção							
		-	(2.660)	(2.660)	-	(6.333)	(6.333)
Resultado antes dos custos gerenciáveis		63.855	16.429	80.284	62.959	18.686	81.645
Custos gerenciáveis parcela "B"							
Material		(48)	-	(48)	-	-	-
Serviços de terceiros		(6.108)	-	(6.108)	(7.301)	-	(7.301)
Outras despesas		(786)	-	(786)	(659)	-	(659)
Despesas com depreciação	21.6	(21.469)	21.469	-	(17.907)	17.907	-
		(28.411)	21.469	(6.942)	(25.867)	17.907	(7.960)
Resultado da atividade de concessão		35.444	37.898	73.342	37.092	36.593	73.685
Resultado financeiro							
Receitas financeiras		2.251	-	2.251	4.051	-	4.051
Despesas financeiras		(35.356)	-	(35.356)	(36.221)	-	(36.221)
		(33.105)	-	(33.105)	(32.170)	-	(32.170)
Resultado antes dos tributos sobre o lucro		2.339	37.898	40.237	4.922	36.593	41.515
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	-	-	(407)	-	(407)
Imposto de renda e contribuição social diferido	21.7	3.676	(8.720)	(5.044)	-	(12.908)	(12.908)
Lucro líquido do exercício		6.015	29.178	35.193	4.515	23.685	28.200

21.1 Ativo de Contrato

Os Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão pela Companhia.

De acordo com o contrato de concessão, a Companhia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a Companhia possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a Companhia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada RAP, durante toda a vigência do contrato de concessão. Estes recebimentos amortizam os investimentos feitos nessa infraestrutura de transmissão.

Para fins de demonstração financeira societária ressaltamos que com a entrada em vigor em 1º de janeiro de 2018 do CPC 47/IFRS 15, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram a Companhia nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um “Ativo de Contrato”. As receitas relativas à infraestrutura de transmissão passam ser mensuradas da seguinte forma:

- i. Reconhecimento de receita de construção, tendo por base a parcela da RAP destinada ao investimento do ativo, que considera a margem de construção de acordo com as projeções iniciais do projeto. Toda a margem de construção é reconhecida durante a obra e variações positivas ou negativas do custo de construção são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa de desconto para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.
- ii. Reconhecimento da receita de operação e manutenção, considerando uma margem sobre os custos incorridos para cumprimento das obrigações de performance de operação e manutenção previstas no contrato de concessão, após o término da fase de construção.
- iii. Reconhecimento de receita de remuneração sobre o ativo de contrato reconhecido, registra-se também uma receita de remuneração financeira, a partir da entrada em operação, sob a rubrica Remuneração do ativo de contrato, utilizando a taxa de desconto definida no início de cada projeto.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de transmissão é recuperada por meio do fluxo de caixa descritos a seguir:

Parte por meio de valores a receber garantidos pelo poder concedente relativa à RAP durante o prazo da concessão. Os valores da RAP são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (“ONS”) conforme contrato de concessão e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada.

21.2 Imobilizado e intangível

Considerando que para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, onde todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão são registrados como ativo imobilizado/intangível, todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/ IFRS 15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes.

Com a adoção da CPC 47/ IFRS 15 nas Demonstrações Financeiras Societárias, o ativo imobilizado/intangível da Companhia foi reconhecido como ativo de contrato, vide nota de ajuste 20. Para fins regulatórios deverá ser adotada a estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, ou seja, como ativo imobilizado e/ou intangível.

21.3 Impostos diferidos e correntes

Conforme detalhado na nota de ajuste 20.7, os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/ IFRS15 foram eliminados nas Demonstrações Contábeis Regulatórias, incluindo os impactos fiscais correspondentes. Essa rubrica é composta pelo pis e cofins diferidos e IRPJ e CSLL diferidos e efeitos do imposto corrente sobre a RAP (Receita Anual Permitida).

21.4 Patrimônio líquido

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Patrimônio líquido societário	273.984	253.919
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Ativo de Contrato	(739.740)	(719.454)
Imobilizado e intangível	594.771	613.581
Impostos diferidos	<u>102.531</u>	<u>92.614</u>
Patrimônio líquido regulatório	231.546	240.658

O efeito positivo acima demonstrado é decorrente da diferença entre a contabilidade societária x regulatória, decorrente da aplicação do CPC 47 – Receita de contratos com clientes, líquido de impostos, reconhecido para fins societário e eliminado nas demonstrações contábeis regulatórias.

21.5 Receita

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e indenização e remuneração do ativo financeiro, quando aplicável, decorrentes da aplicação da CPC 47/ IFRS 15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão na fase de operação e os efeitos do CPC 47/ IFRS 15 são desconsiderados.

A composição dos ajustes líquidos produzidos pela aplicação do CPC 47/ IFRS 15 está demonstrada a seguir:

	2019			2018		
	Regulatório	Ajustes	Societário	Regulatório	Ajustes	Societário
Receita operacional bruta						
Receita anual permitida – RAP	71.622	(71.622)	-	70.557	(70.557)	-
Receita de Construção - Ativo de Contrato	-	2.985	2.985	-	7.068	7.068
Receita financeira - Ativo de contrato	-	80.182	80.182	-	77.081	77.081
Receita de O&M - Ativo de contrato	-	8.740	8.740	-	8.494	8.494
Outras Receitas	-	-	-	-	6.047	6.047
	71.622	20.285	91.907	70.557	28.133	98.690
Deduções da receita operacional						
Pis e Cofins	(6.731)	(1.196)	(7.927)	(6.718)	(3.114)	(9.832)
P&D, FNDCT e MME	(1.036)	-	(1.036)	(880)	-	(880)
Receita operacional líquida	63.855	19.089	82.944	62.959	25.019	87.978

21.6 Depreciação e amortização

Os ajustes nesta rubrica são decorrentes dos custos de depreciação e amortização dos ativos de transmissão, na contabilidade regulatória, considerados como ativos financeiros na contabilidade societária.

21.7 Imposto de renda e contribuição social corrente

Lucro / prejuízo líquido

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro do exercício societário	35.193	28.199
Efeitos dos ajustes entre a contabilidade societária versus regulatória		
Receita	(20.285)	(28.133)
Pis/ Cofins	1.196	3.114
Custo de Construção	2.660	6.333
Despesa de depreciação	(21.469)	(17.907)
IR/ CS Diferidos e correntes	<u>8.720</u>	<u>12.908</u>
Lucro líquido exercício regulatório	6.015	4.514

Atualização do ativo financeiro da concessão, Receita de Construção CPC 47/ IFRS 15

Para fins regulatórios, foram ajustados os valores reconhecidos no exercício referente às receitas de construção e remuneração do ativo financeiro, decorrentes da aplicação da CPC 47/ IFRS 15. A receita para fins regulatórios é registrada na rubrica de receita de disponibilização do sistema de transmissão eliminando assim os efeitos do CPC 47/ IFRS 15.

Deduções da receita, PIS e Cofins diferidos

Todos os efeitos decorrentes da aplicação da CPC 47/ IFRS 15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

Custos de Construção

Todos os efeitos decorrentes da aplicação do CPC 47/ IFRS 15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias.

Despesa de depreciação

As despesas de depreciação e amortização referentes o ativo imobilizado/intangível, reconhecido para fins regulatório, são apropriadas no resultado conforme o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico.

Imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes

Todos os efeitos decorrentes da aplicação da do CPC 47/ IFRS 15 foram eliminados nas demonstrações contábeis regulatórias incluindo os impactos fiscais reconhecidos sobre as diferenças temporárias oriundas da aplicação desta interpretação.

22 Evento Subsequente

Impactos COVID-19

Durante o período subsequente ao término do exercício desta demonstração financeira e até a sua data de emissão, a economia brasileira tem apresentado impactos com os efeitos da Pandemia do Coronavírus (COVID-19). Na data da emissão da presente demonstração financeira, o Administrador não identificou impactos relevantes ou materiais em seus negócios que se justificassem alterações nos números divulgados, em suas expectativas de caixa futuro e/ou risco à continuidade do negócio.

* * *

Eduardo Bechara de Rosa
Diretor Financeiro

Fernando Martinez-Caro
Diretor Presidente



KPMG Auditores Independentes

Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A

04711-904 - São Paulo/SP - Brasil

Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone +55 (11) 3940-1500

kpmg.com.br

Relatório de Asseguração Limitada Independente para a Odoya Transmissora de Energia S.A. relativo ao processo de compilação de índices contratuais (covenants)

Aos Conselheiros e Diretores da

Odoya Transmissora de Energia S.A.

São Paulo - SP

Fomos contratados pela Odoya Transmissora de Energia S.A. (“Companhia”) para apresentar um relatório sobre o processo de compilação dos índices calculados com base nas informações contábeis da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no que diz respeito às cláusulas contratuais (*covenants*) do Instrumento particular da escritura da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações firmado com a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A datado de 09 de novembro de 2017, os quais estão apresentados nos Anexos I e II deste relatório. Nosso relatório está sendo emitido na forma de uma conclusão de asseguração limitada, com base em nosso trabalho realizado, descrito neste relatório, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve acreditar que os índices contratuais não tenham sido compilados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as cláusulas contratuais e condições previstas na Cláusula Quinta, item 5.1, subitem (a) do Instrumento particular da escritura da 1ª emissão de debêntures.

Responsabilidades da Administração da Companhia

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações apresentadas no Anexos I e II deste relatório, as quais foram elaboradas para fins do cumprimento dos requerimentos previstos nas cláusulas contratuais e condições previstas na Cláusula Quinta, item 5.1, subitem (a) do Instrumento



articular da escritura da 1ª emissão de debêntures, assim como pelo desenho, implementação e manutenção dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir que tais informações estejam livres de distorção relevante, independentemente desta ser causada por fraude ou erro. A Administração também é responsável pela elaboração e apresentação das informações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais foram utilizadas como base para os valores utilizados no processo de compilação dos índices contratuais (*covenants*).

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de revisar o processo de compilação dos índices apresentados nos Anexos I e II deste relatório relativo às cláusulas contratuais (*covenants*) de acordo com as cláusulas contratuais e condições previstas na Cláusula Quinta, item 5.1, subitem (a) do Instrumento particular da escritura da 1ª emissão de debêntures, elaborado pela Companhia e emitir sobre o mesmo, uma conclusão de asseguarção limitada, com base nas evidências obtidas. Conduzimos nossos trabalhos em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de asseguarção (NBC TO 3000 – Trabalho de Asseguarção Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 – *Assurance Engagements Other Than Audits or Reviews of Historical Financial Information*, respectivamente).

Tais normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência, planejamento e execução de procedimentos para obter um nível significativo de asseguarção limitada de que não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que os índices contratuais apresentado nos Anexos I e II deste relatório não tenha sido compilado, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as cláusulas contratuais e condições previstas na Cláusula Quinta, item 5.1, subitem (a) do Instrumento particular da escritura da 1ª emissão de debêntures.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos processos adotados pela Companhia para a compilação dos índices de acordo com as cláusulas contratuais e condições previstas listadas acima e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções materialmente relevantes poderiam existir, independentemente destes serem causados por fraude ou erro. Entretanto, tais procedimentos não incluem a investigação ou detecção de fraude ou erro.

Na obtenção de nossa compreensão do processo para a compilação dos índices de acordo as cláusulas contratuais e com as condições previstas listadas acima, obtivemos o entendimento dos controles internos sobre a elaboração das informações contidas nos Anexos I e II deste relatório, a fim de definir os



procedimentos de asseguarção limitada que são apropriados nas circunstâncias, mas não para efeitos de expressar uma conclusão quanto à eficácia dos controles internos da Companhia relativos ao processo de compilação dos índices financeiros contidos nos Anexos I e II.

A asseguarção limitada fornece um grau de asseguarção menor que uma auditoria ou uma asseguarção razoável. Procedimentos para coleta de evidências para um trabalho de asseguarção limitada são mais limitados do que para um trabalho de asseguarção razoável e, portanto, menos asseguarção é obtida que em um trabalho de asseguarção razoável, conseqüentemente não expressamos opinião de auditoria ou conclusão de asseguarção razoável sobre o processo de compilação de acordo com as cláusulas contratuais (*covenants*) listadas acima, conforme apresentado nos Anexos I e II deste relatório para a data base de 31 de dezembro de 2019.

Conclusão

Nossa conclusão foi baseada e está limitada aos assuntos descritos neste relatório.

Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Baseado nos procedimentos realizados, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve acreditar que os índices contratuais apresentados nos Anexos I e II deste relatório não tenham sido compilados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as cláusulas contratuais e condições previstas na Cláusula Quinta, item 5.1, subitem (a) do Instrumento particular da escritura da 1ª emissão de debêntures.

Restrição de Uso de Nosso relatório

De acordo com os termos do nosso trabalho, este relatório de asseguarção limitada foi elaborado para a Administração da Companhia, à Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., apenas em conexão com o cumprimento das cláusulas contratuais (*covenants*) e outras condições previstas de acordo com as cláusulas contratuais e condições previstas na Cláusula Quinta, item 5.1, subitem (a) do Instrumento particular da escritura da 1ª emissão de debêntures.

O nosso relatório não deve ser considerado como adequado para ser utilizado ou tomado como base por qualquer parte que pretenda mover ações, processos e demandas instauradas ou ameaçadas contra a KPMG que não seja a Companhia, e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. Qualquer



outra parte que não seja a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., que obtiver acesso ao nosso relatório ou uma cópia do mesmo e confiar nas informações contidas em nosso relatório (ou qualquer parte dela) irá fazê-lo por sua própria conta e risco. Nós não aceitamos ou assumimos qualquer responsabilidade e negamos qualquer responsabilidade perante qualquer outra parte que não seja a Companhia, e a Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., pelo nosso trabalho, pelo relatório de asseguaração limitada ou pelas nossas conclusões.

Nosso relatório está sendo disponibilizado à Companhia, e à Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., e não deve ser copiado, referenciado ou divulgado, no todo ou em parte, sem o nosso consentimento prévio por escrito.

São Paulo, 29 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Daniel Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2



Samuel Ricken
Contador CRC SC-030412/O-1

ANEXO I

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 31 de dezembro de 2019.

Índice de Cobertura do Serviço da dívida $\geq 1,2$

(A) Geração de caixa da atividade		31.12.2019
(+)	LAJIDA (EBITDA) regulatório , calculado de acordo com o item (D)	56.913
(-)	Pagamento de Imposto de Renda	-
(-)	Pagamento de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(1.032)
Total		55.881

*Valores em milhares de reais

(B) Serviço da dívida		31.12.2019
(+)	Amortização de Principal	16.430
(+)	Pagamento de Juros	28.887
Total		45.317

*Valores em milhares de reais

(C) Índice de Cobertura do Serviço da dívida = (A)/(B)		1,2
---	--	------------

(D) EBITDA		31.12.2019
(+/-)	Lucro/ Prejuízo Antes do imposto de Renda	2.339
(+/-)	Resultado Financeiro Líquido Negativo / Positivo	33.105
(+/-)	Resultado com Equivalência Patrimonial Negativo / Positivo;	-
(+/-)	Depreciações e Amortizações	21.469
(+/-)	Perdas (desvalorização) por <i>Impairment</i> / Reversões de perdas anteriores;	-
(+/-)	Prejuízo / Lucro na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis	-
Total		56.913

*Valores em milhares de reais

ANEXO II

Índice de Capital Próprio

Índice de Capital Próprio \geq 20%
--

	31.12.2019
(A) Patrimônio Líquido regulatório	231.546
(B) Ativo Total regulatório	649.484
Índice de Capital Próprio = (A) / (B)	36%

*Valores em milhares de reais



KPMG Auditores Independentes
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório de Asseguração Limitada Independente para a Odoya Transmissora de Energia S.A. relativo ao processo de compilação de índices contratuais (covenants)

Aos Conselheiros e Diretores da
Odoya Transmissora de Energia S.A.
São Paulo - SP

Fomos contratados pela Odoya Transmissora de Energia S.A. ("Companhia") para apresentar um relatório sobre o processo de compilação dos índices calculados com base nas informações contábeis da Companhia referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 no que diz respeito às cláusulas contratuais (*covenants*) do contrato de financiamento mediante abertura de crédito nº 17.2.0372.1 celebrado juntamente com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social datado em 06 de setembro de 2017, os quais estão apresentados nos Anexos I e II deste relatório. Nosso relatório está sendo emitido na forma de uma conclusão de asseguração limitada, com base em nosso trabalho realizado, descrito neste relatório, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve acreditar que os índices contratuais não tenham sido compilados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as cláusulas contratuais e condições previstas na Cláusula Décima Segunda, incisos XII e XV, do contrato de financiamento.

Responsabilidades da Administração da Companhia

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações apresentadas no Anexos I e II deste relatório, as quais foram elaboradas para fins do



cumprimento dos requerimentos previstos nas cláusulas contratuais e condições previstas na Cláusula Décima Segunda, incisos XII e XV, do contrato de financiamento, assim como pelo desenho, implementação e manutenção dos controles internos que ela determinou como necessários para permitir que tais informações estejam livres de distorção relevante, independentemente desta ser causada por fraude ou erro. A Administração também é responsável pela elaboração e apresentação das informações contábeis elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais foram utilizadas como base para os valores utilizados no processo de compilação dos índices contratuais (*covenants*).

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de revisar o processo de compilação dos índices apresentados nos Anexos I e II deste relatório relativo às cláusulas contratuais (*covenants*) de acordo com as cláusulas contratuais e condições previstas na Cláusula Décima Segunda, incisos XII e XV, do contrato de financiamento, elaborado pela Companhia e emitir sobre o mesmo, uma conclusão de asseguração limitada, com base nas evidências obtidas. Conduzimos nossos trabalhos em conformidade com as normas brasileiras e internacionais de asseguração (NBC TO 3000 – Trabalho de Asseguração Diferente de Auditoria e Revisão e ISAE 3000 – *Assurance Engagements Other Than Audits or Reviews of Historical Financial Information*, respectivamente).



Tais normas requerem o cumprimento de exigências éticas, incluindo requisitos de independência, planejamento e execução de procedimentos para obter um nível significativo de asseguração limitada de que não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que os índices contratuais apresentado nos Anexos I e II deste relatório não tenha sido compilado, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as cláusulas contratuais e condições previstas na Cláusula Décima Segunda, incisos XII e XV, do contrato de financiamento.

Os procedimentos selecionados basearam-se na nossa compreensão dos processos adotados pela Companhia para a compilação dos índices de acordo com as cláusulas contratuais e condições previstas listadas acima e de outras circunstâncias do trabalho e da nossa consideração sobre áreas onde distorções materialmente relevantes poderiam existir, independentemente destes serem causados por fraude ou erro. Entretanto, tais procedimentos não incluem a investigação ou detecção de fraude ou erro.

Na obtenção de nossa compreensão do processo para a compilação dos índices de acordo as cláusulas contratuais e com as condições previstas listadas acima, obtivemos o entendimento dos controles internos sobre a elaboração das informações contidas nos Anexos I e II deste relatório, a fim de definir os procedimentos de asseguração limitada que são apropriados nas circunstâncias, mas não para efeitos de expressar uma conclusão quanto à eficácia dos controles internos da Companhia relativos ao processo de compilação dos índices financeiros contidos nos Anexo I e II.

A asseguração limitada fornece um grau de asseguração menor que uma auditoria ou uma asseguração razoável. Procedimentos para coleta de evidências para um trabalho de asseguração limitada são mais limitados do que para um trabalho de asseguração razoável e, portanto, menos asseguração é obtida que em um trabalho de asseguração razoável, conseqüentemente não expressamos opinião de auditoria ou conclusão de asseguração razoável sobre o processo de compilação de acordo com as cláusulas contratuais (*covenants*) listadas acima, conforme apresentado nos Anexos I e II deste relatório para a data base de 31 de dezembro de 2019.



Conclusão

Nossa conclusão foi baseada e está limitada aos assuntos descritos neste relatório.

Acreditamos que a evidência obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa conclusão.

Baseado nos procedimentos realizados, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve acreditar que os índices contratuais apresentados nos Anexos I e II deste relatório não tenham sido compilados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as cláusulas contratuais e condições previstas na Cláusula Décima Segunda, incisos XII e XV, do contrato de financiamento.

Restrição de Uso de Nosso relatório

De acordo com os termos do nosso trabalho, este relatório de asseguração limitada foi elaborado para a Administração da Companhia, ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, apenas em conexão com o cumprimento das cláusulas contratuais (*covenants*) e outras condições previstas de acordo com as cláusulas contratuais e condições previstas na Cláusula Décima Segunda, incisos XII e XV, do contrato de financiamento.

O nosso relatório não deve ser considerado como adequado para ser utilizado ou tomado como base por qualquer parte que pretenda mover ações, processos e demandas instauradas ou ameaçadas contra a KPMG que não seja a Companhia, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Qualquer outra parte que não seja o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, que obtiver acesso ao nosso relatório ou uma cópia do mesmo e confiar nas informações contidas em nosso relatório (ou qualquer parte dela) irá fazê-lo por sua própria conta e risco. Nós não aceitamos ou assumimos



qualquer responsabilidade e negamos qualquer responsabilidade perante qualquer outra parte que não seja a Companhia, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, pelo nosso trabalho, pelo relatório de asseguaração limitada ou pelas nossas conclusões.

Nosso relatório está sendo disponibilizado à Companhia, e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, e não deve ser copiado, referenciado ou divulgado, no todo ou em parte, sem o nosso consentimento prévio por escrito.

São Paulo, 29 de maio de 2020

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Daniel Fukumori
Contador CRC 1SP245014/O-2

Samuel Ricken
Contador CRC SC-030412/O-1

ANEXO I

Índice de Cobertura do Serviço da Dívida em 31 de dezembro de 2019.

Índice de Cobertura do Serviço da dívida $\geq 1,2$

(A) Geração de caixa da atividade		31.12.2019
(+)	LAJIDA (EBITDA) regulatório , calculado de acordo com o item (D)	56.913
(-)	Pagamento de Imposto de Renda	-
(-)	Pagamento de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	(1.032)
Total		55.881

*Valores em milhares de reais

(B) Serviço da dívida		31.12.2019
(+)	Amortização de Principal	16.430
(+)	Pagamento de Juros	28.887
Total		45.317

*Valores em milhares de reais

(C) Índice de Cobertura do Serviço da dívida = (A)/(B)		1,2
---	--	------------

(D) EBITDA		31.12.2019
(+/-)	Lucro/ Prejuízo Antes do imposto de Renda	2.339
(+/-)	Resultado Financeiro Líquido Negativo / Positivo	33.105
(+/-)	Resultado com Equivalência Patrimonial Negativo / Positivo;	-
(+/-)	Depreciações e Amortizações	21.469
(+/-)	Perdas (desvalorização) por <i>Impairment</i> / Reversões de perdas anteriores;	-
(+/-)	Prejuízo / Lucro na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis	-
Total		56.913

*Valores em milhares de reais

ANEXO II

Índice de Capital Próprio

Índice de Capital Próprio \geq 20%
--

	31.12.2019
(A) Patrimônio Líquido regulatório	231.546
(B) Ativo Total regulatório	649.484
<hr/>	
Índice de Capital Próprio = (A) / (B)	36%
<hr/>	

*Valores em milhares de reais